



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Guilherme Boulos – PSOL/SP

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

REQUERIMENTO N.º 2023

(Do Sr. Guilherme Boulos)

Requer a realização de Audiência Pública sobre os impactos da privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp.

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no Regimento Interno desta Casa, a realização de Audiência Pública nesta Comissão para tratarmos dos impactos da privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp. Para isso, proponho que sejam convidadas as seguintes pessoas:

1. Sra. Natália Resende - Secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Governo de São Paulo
2. Sr. Amauri Pollachi - Conselheiro do Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento (ONDAS)
3. Sr. José Antonio Faggian - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (Sintaema)
4. Sr. Léo Heller - Pesquisador da Fiocruz Minas e ex-relator especial das Nações Unidas sobre os direitos humanos à água e ao saneamento.
5. Sr. Mário Pardini - Prefeito da cidade de Botucatu
6. Sr. Emídio de Souza - Deputado estadual da Assembleia Legislativa de São Paulo, coordenador da Frente Parlamentar Contra a Privatização da SABESP

JUSTIFICAÇÃO

O futuro da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) impactará a vida de aproximadamente 22% da população brasileira. A Companhia é a maior empresa de Saneamento da América Latina, e uma das maiores do mundo em população atendida: 28,4 milhões de pessoas abastecidas com água e 25,2 milhões de pessoas com coleta de esgotos.

É importante reforçar que no ano de 2022, a Sabesp registrou lucro 35,4% maior que no ano anterior, demonstrando a sua plena capacidade de aplicar os recursos investidos e buscar o



cumprimento das metas de universalização, que devem ser atingidas até 2033, conforme Marco Legal do Saneamento. Com investimento previsto entre 2023 e 2026 de R\$26,2 bilhões em serviços à população.

Mesmo nesse contexto, o Governo do Estado de São Paulo e a Prefeitura têm feito alterações na estrutura administrativa e financeira da empresa. A assinatura do Decreto 67.880/2023 sobre a adesão dos Municípios às respectivas Unidades Regionais de Serviço de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário - as URAEs, por exemplo, resulta na perda da autonomia do município no sistema e em uma diminuição de R\$ 650 milhões ao ano para investimento na urbanização e saneamento de periferias.

Diante da magnitude e importância da situação, espero contar com o apoio dos nobres pares desta comissão para apoiar o pleito e garantir à sociedade o debate das questões pertinentes a esse tema tão representativo para o desenvolvimento urbano nacional.

Sala de Reuniões, 29 de agosto de 2023.

GUILHERME BOULOS
Deputado Federal - PSOL/SP

